



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES

**PROCURADOR****TIPO 1 – BRANCA**

## MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por cinquenta questões objetivas e uma questão discursiva.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com cinco opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
  - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
  - Na Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo: dados pessoais e instruções.




Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

## PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

## TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição do texto para a Folha de Texto Definitivo.
  - A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
  - Atenção ao preencher a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo. Caso haja erro de preenchimento, as Folhas não serão substituídas.
-  Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo, assinadas nos locais indicados, ao Fiscal de Aplicação.
- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
  - Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
  - Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



**CARGO: PROCURADOR**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questão 01**

**Acerca da História Constitucional do Brasil, analise as afirmativas a seguir.**

- I. A Constituição de 1824 inaugurou o constitucionalismo social no Brasil.
- II. A Constituição de 1891 sofreu forte influência da Constituição Inglesa, consagrando o sistema de governo parlamentarista.
- III. A Constituição de 1934, no que tange ao federalismo, consagrou um modelo cooperativo, inspirado na Constituição de Weimar.
- IV. A Constituição de 1937 concentrou poderes no Executivo, enfraqueceu o Poder Judiciário e previu mecanismos que permitiam a sustação de decisões judiciais por iniciativa do Presidente da República.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.**
- E) I, III e IV, apenas.

**Questão 02**

**Sobre a interpretação das normas constitucionais, analise as afirmativas a seguir.**

- I. Segundo o princípio da concordância prática, é preciso que o intérprete analise o preceito à luz do fato com o qual ele interage, procurando entrelaçar o comando jurídico à realidade social.
- II. Princípio da força normativa da Constituição, na solução dos problemas jurídico-constitucionais, deve-se dar prevalência aos pontos de vista que, tendo em conta os pressupostos da Constituição, contribuem para uma eficácia ótima da lei fundamental.
- III. De acordo com o princípio da unidade, deve-se evitar interpretação que altere ou comprometa a repartição constitucional de competências e funções prevista na Constituição Federal.
- IV. O princípio da correção funcional sustenta que a Constituição deve ser compreendida como um sistema integrado, coerente e harmônico, inexistindo conflitos reais entre suas normas, sendo eventuais tensões apenas aparentes.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I.
- B) II.
- C) I e II.**
- D) II e III.
- E) III e IV.

**Questão 03**

**A Constituição do Estado Alfa prevê hipóteses de intervenção estadual nos municípios, sem reproduzir expressamente o rol taxativo de princípios constitucionais sensíveis previsto no art. 34, VII, da Constituição Federal. Determinada Câmara Municipal sustenta que, por ausência de reprodução literal desses princípios na Constituição Estadual, seria inviável a decretação de intervenção estadual com fundamento no art. 35 da Constituição da República. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.**

- A) Os municípios integrantes dos Estados-membros e dos territórios não estão sujeitos à intervenção decretada pela União Federal.
- B) É cabível recurso extraordinário contra acórdão proferido por Tribunal de Justiça que acolha pedido de intervenção estadual em município.
- C) As hipóteses de intervenção estadual não possuem caráter taxativo, sendo permitido ao constituinte estadual ampliá-las ou restringi-las em razão da autonomia federativa.
- D) Não se exige a transcrição expressa do rol taxativo de princípios constitucionais sensíveis nas Constituições Estaduais para que seja possível a intervenção do estado em seus municípios.**
- E) A obrigatoriedade de observância pelos estados limita-se aos princípios constitucionais sensíveis previstos na Constituição da República que também estejam expressamente contemplados na Constituição Estadual.



### **Questão 04**

**À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), analise as afirmativas a seguir.**

- I. Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- II. Constituição estadual pode prever que o cargo de Advogado-Geral do Estado somente possa ser ocupado por membro da carreira da Advocacia Pública estadual, desde que estável e maior de trinta e cinco anos.
- III. Os advogados da União possuem direito a férias de sessenta dias, por força de garantia prevista expressamente na Constituição Federal.
- IV. O ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.**

### **Questão 05**

**Diante de grave e iminente instabilidade institucional restrita a determinados municípios de um Estado da Federação, o Presidente da República, após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, editou decreto instituindo estado de defesa pelo prazo de trinta dias, determinando restrições ao sigilo telefônico e à liberdade de reunião. O decreto foi submetido ao Congresso Nacional quarenta e oito horas após sua edição. Durante sua vigência, houve prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, mantendo-se o preso incomunicável por oito dias. Paralelamente, diante da persistência da crise e da ampliação da instabilidade para outras regiões do país, o Presidente solicitou autorização ao Congresso Nacional para decretar estado de sítio com fundamento na comoção grave de repercussão nacional. À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.**

- A) A manutenção do preso incomunicável é compatível com o texto constitucional, desde que não ultrapasse dez dias.
- B) O decreto de estado de defesa é inválido, pois deveria ter sido previamente autorizado pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta.
- C) A submissão do decreto ao Congresso Nacional fora do prazo constitucional invalida o ato, pois deveria ocorrer em até vinte e quatro horas.**
- D) O estado de sítio, no caso de comoção grave de repercussão nacional, pode ser decretado por prazo indeterminado enquanto persistirem as causas que o motivaram.
- E) Durante o estado de sítio fundado em comoção grave de repercussão nacional, admite-se a suspensão da liberdade de imprensa, inclusive a vedação à divulgação de pronunciamentos parlamentares realizados nas respectivas Casas Legislativas.

### **Questão 06**

**À luz da política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária, analise as afirmativas a seguir.**

- I. O Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de cinquenta habitantes e constitui o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- II. A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.
- III. Cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.
- IV. São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de interesse público.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.**
- D) II e III, apenas.
- E) II e IV, apenas.



### **Questão 07**

**Sobre Poder Executivo em nível estadual, à luz da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.**

- A) A renúncia ao cargo de governador impede o recebimento de pedido de abertura de *impeachment*.
- B) Constituição estadual pode estabelecer que, em caso de dupla vacância dos cargos de governador e vice-governador, não haverá nova eleição.
- C) É constitucional norma de Constituição estadual que atribui à Assembleia Legislativa o julgamento do governador por crime de responsabilidade.
- D) É constitucional dispositivo de lei ou da Constituição Estadual que preveja que cabe aos Conselhos de Saúde decidirem sobre a contratação ou convênio de serviços privados.
- E) A Constituição estadual pode condicionar a ausência do governador ou vice-governador do Estado por mais de quinze dias à autorização da assembleia, sob pena de responder a processo de impeachment.

### **Questão 08**

**A Associação Nacional dos Auditores Tributários Estaduais (ANATE) pretende ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal (STF) contra lei federal que alterou regras aplicáveis a auditores fiscais federais, estaduais e municipais. Consta que a entidade representa apenas auditores fiscais estaduais, não possuindo filiados nos quadros federais ou municipais. Ademais, possui associados em apenas sete Estados da Federação e não há autorização individual de cada filiado. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.**

- A) A ANATE possui legitimidade ativa, pois basta previsão estatutária de âmbito nacional, sendo irrelevante a autorização individual de cada associado.
- B) Associação que abranja apenas uma fração da categoria profissional possui legitimidade para ADI/ADPF de norma que envolva outros representados.
- C) As associações de classe em geral somente podem propor ações coletivas para defesa de direitos de seus associados mediante autorização expressa e individual de cada filiado.
- D) As entidades de classe nacional nas ações de controle de constitucionalidade abstrato para terem legitimidade necessitam demonstrar pertinência temática, sendo desnecessária a assinatura de advogado na petição inicial.
- E) Para ser considerada entidade de classe de âmbito nacional e, assim, ter legitimidade para propor ações de controle abstrato de constitucionalidade, é necessário que a entidade possua associados em pelo menos nove Estados-membros.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **Questão 09**

**No exercício de suas atribuições, um agente público percebe que muitas decisões administrativas do seu órgão são impactadas pelo entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU) e, diante disso, decide aprofundar o estudo da jurisprudência do TCU para aprimorar seu desempenho funcional. Destarte, à luz dos entendimentos da Corte de Contas Federal, analise as afirmativas a seguir.**

- I. A penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, aplicada pelo TCU, não configura *bis in idem* com a pena de rescisão do contrato de trabalho de empregado público por justa causa.
- II. No exercício de suas competências constitucionais, o TCU pode desconsiderar a personalidade jurídica para alcançar os verdadeiros responsáveis pelos atos tidos como irregulares, observadas as hipóteses legais que a autorizam, como abuso de direito, desvio de finalidade ou prática de atos ilícitos, não sendo tal medida privativa do Poder Judiciário.
- III. A existência de acordo de não persecução penal e cível, firmado com o Ministério Público Federal e homologado pelo Poder Judiciário, por meio do qual o responsável se compromete a reparar o dano ao erário, afasta a jurisdição do TCU.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.



### Questão 10

Às vésperas de tomar uma decisão administrativa de grande impacto, um gestor público percebe que a medida pode gerar consequências relevantes tanto para a Administração quanto para os administrados. Diante desse cenário, ele se recorda das disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e do Decreto nº 9.830/2019, que a regulamenta no âmbito da Administração Pública, e decide estudar seus dispositivos antes de agir. Assim, à luz do Decreto nº 9.830/2019, analise as afirmativas a seguir.

- I. Consideram-se valores jurídicos abstratos aqueles previstos em normas jurídicas com alto grau de indeterminação e abstração.
- II. A motivação da decisão administrativa demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive consideradas as possíveis alternativas e observados os critérios de adequação, proporcionalidade e razoabilidade.
- III. A consideração das consequências jurídicas e administrativas é limitada aos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos que se espera do decisor no exercício diligente de sua atuação.

Está correto o que se afirma em

- A)** I, II e III.  
B) II, apenas.  
C) I e II, apenas.  
D) I e III, apenas.  
E) II e III, apenas.

### Questão 11

Durante seus estudos de Direito Constitucional e Administrativo, um estudante se depara com a figura da vitaliciedade e passa a analisá-la como uma garantia institucional conferida a determinados agentes públicos, destinada a assegurar a independência no exercício de suas funções. A respeito da temática, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) Servidor vitalício está sujeito à aposentadoria compulsória em razão da idade.  
( ) O ocupante de cargo vitalício somente perderá o cargo após sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo especial de natureza disciplinar.  
( ) São casos de cargos vitalícios os de membros da Magistratura, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.  
B) F, F, V.  
C) V, V, F.  
**D)** V, F, V.  
E) F, F, F.

### Questão 12

Os consórcios privados constituem forma de cooperação entre empresas juridicamente independentes. Regulados principalmente pelo direito privado, esses consórcios permitem a soma de capacidades técnicas, econômicas e operacionais dos consorciados, mantendo-se a autonomia de cada participante. Muito comuns em grandes obras, projetos de infraestrutura e contratos de elevada complexidade, os consórcios privados possibilitam, em tese, a diluição de riscos e custos. Nessa toada, em relação à contratação de consórcios pela Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observado, dentre outros requisitos, indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.
- II. O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% a 30% sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.
- III. Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

Está correto o que se afirma em

- A)** I, II e III.  
B) II, apenas.  
C) I e II, apenas.  
D) I e III, apenas.  
E) II e III, apenas.



### Questão 13

O Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício do controle externo, analisou o ato de concessão inicial de aposentadoria de determinado servidor público federal e verificou que o benefício foi concedido em desacordo com as regras legais vigentes, especialmente quanto ao tempo de contribuição exigido. A decisão foi tomada após três anos da concessão da aposentadoria. Diante da irregularidade constatada, o TCU decidiu negar o registro do ato, determinando à Administração que adotasse as providências necessárias para sua correção. Diante do caso hipotético narrado, da legislação e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) É possível que o TCU declare a nulidade do ato de aposentadoria e aplique sanção penal, se cabível, ao servidor beneficiado.
- B) A decisão do TCU que apreciou a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria necessita assegurar o contraditório e a ampla defesa ao servidor.
- C) A decisão do TCU é ilegítima, uma vez que não há previsão na Constituição acerca do controle pelo Tribunal sobre a concessão de aposentadoria de agentes públicos.
- D) A competência do TCU para apreciar a legalidade de aposentadoria se limita aos ocupantes de cargo em comissão, não abrangendo os agentes que ingressaram por concurso público.
- E) O prazo decadencial para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria pelo TCU se inicia da chegada do processo à Corte de Contas e não da data da concessão da aposentadoria.**

### Questão 14

Em relação ao instituto da desapropriação no ordenamento jurídico brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

- I. As desapropriações por interesse social são privativas da União.
- II. A competência para legislar sobre desapropriação é concorrente.
- III. O prazo de caducidade do decreto de desapropriação por utilidade pública é de cinco anos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.**
- D) I e II.
- E) I e III.

### Questão 15

Considere que a Associação Cultural Arte e Movimento, uma Organização da Sociedade Civil (OSC), bem como a Secretaria Municipal de Cultura de uma cidade brasileira firmaram um acordo com o objetivo de promover atividades culturais, como oficinas de música e teatro, para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O acordo foi estabelecido com base na Lei nº 13.019/2014 (MROSC), que regula o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as OSCs. Esse acordo não envolve repasses financeiros, nem a cessão de servidores ou disponibilização de patrimônio entre os partícipes. Considerando as características do caso hipotético, qual o instrumento de parceria melhor aplicável?

- A) Termo de parceria.
- B) Termo de fomento.
- C) Contrato de gestão.
- D) Termo de colaboração.
- E) Acordo de cooperação.**

### Questão 16

O município Boa Esperança, proprietário de um terreno público municipal dominical, localizado em área urbana valorizada, após procedimento licitatório, celebra contrato administrativo com uma empresa privada para que ela explore economicamente o imóvel por prazo determinado, organizando no local um centro cultural com cafés, lojas e espaços de eventos. Diante da situação hipotética apresentada, o instrumento jurídico adequado para a utilização desse bem público pela iniciativa privada é:

- A) Aforamento (enfiteuse).
- B) Requisição de bem público.
- C) Permissão de uso de bem público.
- D) Concessão de uso de bem público.**
- E) Autorização de uso de bem público.



### Questão 17

A intervenção do Estado na propriedade privada decorre da sua própria função social, que relativiza o caráter absoluto do direito de propriedade e legitima a atuação estatal sempre que o interesse público assim exigir. Nesse contexto, dentre as formas de intervenção permitidas no direito brasileiro, a respeito da figura da requisição administrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete à União legislar privativamente sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.
- II. Na vigência de Estado de Sítio é constitucionalmente permitido que haja a requisição de bens.
- III. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.**
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

### Questão 18

Um candidato a concurso público dedica-se ao estudo da matéria de atos administrativos, analisando seus conceitos, elementos, atributos, vícios e espécies, consciente de que esse conteúdo é essencial tanto para o desempenho nas provas quanto para a futura atuação na Administração Pública. Ao revisar temas como legalidade, motivação, anulação e revogação, ele compreende que o domínio da matéria vai além da memorização de conceitos, contribuindo para a formação de uma postura técnica, responsável e alinhada aos princípios que regem a atividade administrativa. Dessa forma, em relação ao regime jurídico dos atos administrativos, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) Adota-se, no Brasil, de forma majoritária, a teoria monista em relação aos vícios do ato administrativo, somente havendo que se falar em atos nulos.
- ( ) Pela teoria dos motivos determinantes, de origem francesa, o administrador vincula-se aos motivos elencados para a prática do ato administrativo.
- ( ) A teoria do desvio de poder (*détournement de pouvoir*), originária no Conselho de Estado Francês, refere-se à existência de um vício no objeto do ato administrativo, que se mostra ilícito ou impossível.

A sequência está correta em

- A) V, F, F.
- B) F, V, F.**
- C) F, F, V.
- D) V, V, F.
- E) V, F, V.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### Questão 19

Determinado município ajuíza ação de cobrança de multa contratual contra uma pessoa jurídica de direito privado. Escolhe, para tanto, foro diverso daquele previsto expressamente em cláusula contratual e diverso do domicílio do réu. Citada, a pessoa jurídica irá contestar e pretende discutir o foro. Considerando as regras processuais vigentes, qual seria a providência processual adequada para se discutir a incompetência territorial em tela e qual a consequência processual, se ela for feita em momento processual inadequado?

- A) Preliminar de contestação, sob pena de prorrogação da competência se não for arguida, uma vez que a incompetência é relativa.**
- B) Agravo de instrumento de forma imediata contra a distribuição, uma vez que é matéria recursal autônoma, sob pena de preclusão recursal.
- C) Petição em separado da contestação, a qualquer momento processual, visto que a incompetência é absoluta e pode, inclusive, ser reconhecida *ex officio*.
- D) Suscitação de incompetência diretamente no Tribunal correspondente, antes de apresentação da contestação, sob pena de preclusão, sendo a forma obrigatória de discutir a incompetência narrada.
- E) Declaratória incidental de incompetência, uma vez que existe entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que a discussão de incompetência é autônoma em relação à discussão de mérito, pelo fato de o autor ser ente público.

### Questão 20

Um servidor municipal ajuíza ação contra determinado município cobrando diferenças remuneratórias vencidas nos últimos dezoito meses e, também, requer o pagamento das parcelas vencidas, enquanto houver a duração da obrigação, com prazo superior a um ano. Segundo a regra vigente, qual o critério para a determinação do valor da causa?

*(Considere que todas as opções incluem correção, juros de mora e outras penalidades, quando aplicáveis à hipótese.)*

- A) Considera-se para o cálculo o total das parcelas vencidas, sem acréscimos em relação a parcelas vincendas.
- B) Considera-se o valor de uma parcela vincenda, por representar o proveito econômico imediato que se busca.
- C) Somam-se todas as parcelas vencidas e todas as parcelas vincendas por um período máximo de doze parcelas no total.
- D) Uma vez que o valor total não pode ser determinado por qualquer critério legal, será determinado por arbitragem judicial.
- E) Somam-se as parcelas vencidas com doze parcelas vincendas, uma vez que a obrigação é por tempo indeterminado ou superior a um ano.**

### Questão 21

Uma pessoa jurídica ajuíza ação contra determinado município, pleiteando direito não pecuniário, já reconhecido em parecer técnico municipal. Dentre outros argumentos e pedidos, requer concessão imediata de liminar, em seu favor, sem alegar perigo de dano. Considerando o caso hipotético, em qual hipótese o magistrado pode conceder tutela de evidência liminar, sem demonstração de perigo de dano, segundo as regras processuais vigentes?

- A) Necessária a alegação de perigo de dano, para que possa ser concedida a liminar em tela.
- B) Nas situações de plausibilidade genérica do direito, sem necessidade de requisitos específicos.
- C) Quando houver necessidade de perícia fática, uma vez que se trata de critério objetivo para a caracterização da evidência.
- D) Nos casos em que a Fazenda Pública estiver no polo processual passivo, autorizada, nessa hipótese, a concessão liminar automática.
- E) Quando as alegações podem ser comprovadas documentalmente e houver tese firmada em repetitivos ou súmula vinculante, permitindo a liminar.**

### Questão 22

Em ação de indenização por dano material decorrente de queda em via pública, o município, réu, é citado para contestar. Entretanto, por falha administrativa interna, não apresenta a contestação no prazo legal. Quais efeitos a revelia pode produzir e como se comporta o efeito material, quando a parte ré é a Fazenda Pública?

- A) É aplicada à Fazenda Pública da mesma forma que ao particular, passando os fatos narrados a serem considerados verdadeiros.
- B) É juridicamente proibida contra a Administração Pública. Os atos processuais serão nulos, caso o magistrado não ordene a manifestação expressa do município.
- C) Contra a Fazenda Pública tem efeito especial diferido, transferindo o ônus probatório para o ente público; entretanto, sem consolidar os fatos narrados enquanto verdadeiros.
- D) Pode ocorrer, mas o efeito material de presunção de veracidade dos fatos narrados não se aplica contra a Fazenda Pública, em razão da indisponibilidade do interesse público. Logo, haverá análise probatória para o julgamento do feito.**
- E) Contra o município implica, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) em súmula vinculante, uma “distorção processual atípica”, na qual, dependendo do valor do feito, o juiz poderá aplicar os efeitos tradicionais processuais da revelia, segundo as regras do livre convencimento motivado.

### Questão 23

Determinado município ajuíza ação de execução fiscal de dívida decorrente de lançamentos de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O executado, sem oferecer garantia, apresenta petição com documentos demonstrando, de plano, a prescrição do crédito e pede o reconhecimento imediato pelo juiz do fato. Considerando a situação hipotética, é cabível:

- A) Ação declaratória incidental, na própria execução fiscal, para discutir prescrição, sem a necessidade de garantia de juízo.
- B) Embargo à execução fiscal sem garantia de juízo, pois existe previsão legal expressa de dispensa no caso da execução fiscal.
- C) Reconvenção na execução fiscal, quando o objetivo do executado é buscar a declaração da inexistência do crédito tributário específico.
- D) Exceção de pré-executividade para matérias cognoscíveis ex officio que não demandem dilação probatória, inclusive prescrição, na execução fiscal.**
- E) Impugnação ao cumprimento de sentença, já que o regime processual da execução de títulos decorrentes de IPTU está sujeito à regra processual diferida de execução, seguindo os procedimentos do cumprimento de sentença.

### **Questão 24**

**Determinada pessoa jurídica de direito privado ajuíza ação contra o município, cobrando reajuste no contrato, alegando desequilíbrio econômico-financeiro. O Procurador municipal identifica que o autor, no contrato, está descumprindo o cronograma previsto, dando causa à multa contratual, a qual, inclusive, já foi apurada em processo administrativo próprio. Considerando o que foi narrado, a forma adequada para o município formular pretensão contra a autora dentro do mesmo processo é:**

- A) Considerar que a Fazenda Pública está restrita a formular o pedido em outra ação.
- B) Propor a reconvenção de forma autônoma a qualquer tempo, enquanto a ação principal não tenha sido julgada em definitivo.
- C) Propor a reconvenção apenas na fase recursal, por ser medida típica de segundo grau de jurisdição, quando o reconvinte é a Fazenda Pública.
- D) Apresentar reconvenção na contestação, com pretensão conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa; sendo o autor intimado a responder em quinze dias, e a reconvenção prosseguindo, ainda que haja desistência do autor na ação principal.**
- E) Considerar que a Fazenda Pública possui limitação legal expressa que impede de reconvir em ações, cujo objeto seja a discussão contratual, segundo entendimento expresso do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ).

### **Questão 25**

**Em ação de responsabilidade civil contra o município, o procurador municipal toma conhecimento de que o magistrado responsável pelo processo atuou, anteriormente, na qualidade de advogado em favor do autor, em demanda relacionada ao mesmo fato, antes de ser nomeado magistrado. Tal fato vem a conhecimento da procuradoria após a primeira decisão interlocutória emitida no processo. Segundo as regras processuais vigentes, assinale, a seguir, a medida e o prazo para arguir a parcialidade do Magistrado.**

- A) Reclamação constitucional no prazo de quinze dias do conhecimento do fato, por ser o meio processual previsto para o caso concreto.
- B) Arguição de suspeição, por simples petição, em qualquer momento, uma vez que impedimento e suspeição podem ser arguidos em qualquer momento processual.
- C) Arguição de impedimento, em petição específica, dirigida ao juiz do processo, no prazo de quinze dias a contar do conhecimento do fato, inclusive com possibilidade de instrução com documentos e testemunhas.**
- D) Exceção de impedimento apresentada diretamente ao Tribunal correspondente, uma vez que o magistrado não se declarou suspeito ou impedido antes de emitir decisão interlocutória. No prazo de quinze dias contados do conhecimento do fato.
- E) Ação rescisória preventiva, com pedido liminar modulado e suspensivo, objetivando o afastamento imediato do Magistrado, para evitar futura nulidade, em qualquer momento, visto que é caso de impedimento que pode ser reconhecido de ofício.

### **Questão 26**

**Em acórdão de apelação envolvendo condenação do município, a procuradoria identifica que o Tribunal não enfrentou uma tese expressamente suscitada relativamente à prescrição, relevante para eventual recurso aos tribunais superiores. O procurador responsável quer provocar o enfrentamento, objetivando caracterizar prequestionamento. Assinale, a seguir, a medida e a regra legal que tratam do chamado “prequestionamento ficto”.**

- A) Pedido de reconsideração, visto que embargos de declaração não podem ser manejados contra decisões colegiadas.
- B) Embargos de declaração, pela omissão, e caso rejeitados, mandado de segurança, enquanto sucedâneo recursal, sob pena de descaracterização do prequestionamento, segundo súmula vinculante.
- C) Recurso especial e indicar o fato em preliminar, uma vez que o prequestionamento é afastado pela necessidade de respeito ao duplo grau de jurisdição, para todos os efeitos, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).
- D) Agravo interno contra a falta de fundamentação do acórdão, uma vez que o livre convencimento motivado não obriga que o julgador analise especificamente todas as teses apresentadas no processo, desde que a decisão final esteja fundamentada.
- E) Embargos de declaração para suprimir omissão e, para fins de prequestionamento, aplicar a regra na qual se consideram incluídos no acórdão os elementos suscitados nos embargos, ainda que rejeitados, se o tribunal superior reconhecer a existência do vício.**



## DIREITO TRIBUTÁRIO

### Questão 27

As garantias e os privilégios do crédito tributário são tratadas no Código Tributário Nacional (CTN). Considere que Mévio, Procurador do município, deverá manifestar-se acerca do seguinte caso: Fausto Ricco, morador do município de Venda Nova do Imigrante, é dono de um patrimônio de R\$ 1.000.000,00, constituído de um sítio avaliado em R\$ 400.000,00 e duas casas no valor de R\$ 300.000,00 cada uma; teve débito tributário oriundo de IPTU no valor de R\$ 100.000,00 inscrito em dívida ativa. Após a inscrição, resolveu vender o sítio. A venda, tendo-se em vista os privilégios de que goza o crédito tributário inscrito em dívida ativa, deve ser considerada por Mévio como:

- A) Regular, pois são reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
- B) Ilícita, pois se trata de fraude contra credores, devendo a Fazenda Municipal ingressar com ação pauliana para reintegrar o bem ao patrimônio do devedor.
- C) Ilícita, porque se trata de fraude à execução, devendo a Fazenda Municipal ingressar com ação declaratória solicitando a declaração da ineficácia da alienação em relação ao credor.
- D) Presumivelmente fraudulenta, porque devem ser reservados, pelo devedor, formalmente, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita, junto à Receita Municipal.
- E) Presumivelmente fraudulenta, tendo em vista que se trata de alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

### Questão 28

Considerando que a suspensão do crédito tributário permite ao contribuinte a obtenção da certidão positiva com efeito de negativa, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial, na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- ( ) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- ( ) O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecida em lei específica, não excluindo a incidência de juros e multas, salvo disposição de lei em contrário.
- ( ) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

De acordo com o Código Tributário Nacional e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) F, V, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) V, F, F, V.
- E) F, F, F, F.

### Questão 29

Sobre a aplicação, a interpretação e a integração da legislação tributária, conceitos de direito privado e direito tributário, analise as afirmativas a seguir.

- I. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa. Aplica-se, entretanto, a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- II. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: I. a analogia; II. os princípios gerais de direito tributário; III. os costumes; e IV. a equidade.
- III. A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.
- IV. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, III e IV, apenas.



### Questão 30

A consignação em pagamento, uma das modalidades de extinção do crédito tributário, só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe pagar. Tício, Procurador do município de Venda Nova do Imigrante, deverá analisar as situações a seguir:

- O município está recusando o recebimento do IPTU de João, bem como recusando a fornecer-lhe guia para que possa pagar o tributo;
- O município está recusando o recebimento do IPTU de Maria, considerando que o pagamento só será aceito caso seja paga, conjuntamente, a taxa de coleta de lixo;
- Jane, domiciliada no município, prestou determinado serviço no município vizinho, tendo recebido cobrança de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de ambos os municípios sobre o mesmo fato gerador; e
- O município está recusando o recebimento do ITBI de José, informando que o pagamento só será aceito caso seja paga, conjuntamente, a multa pelo atraso do pagamento.

Nos termos do Código Tributário Nacional (CTN), a importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente por:

- A) João, Maria, Jane e José.
- B) João e Jane, apenas.
- C) Maria e Jane, apenas.
- D) João, Jane e José, apenas.
- E) João, Maria e Jane, apenas.

### Questão 31

Mévio, procurador do município de Venda Nova do Imigrante, deverá manifestar-se acerca da competência tributária das entidades de direito público. Ele pode afirmar que são de competência da União, estados e municípios, respectivamente:

- A) Impostos extraordinários de guerra; contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas; e contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública.
- B) Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas; empréstimo compulsório, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional; e contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública.
- C) Instituição de impostos não previstos na Constituição da República Federativa do Brasil; contribuições para custeio de Regime Próprio de Previdência Social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas; e contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública.
- D) Empréstimo compulsório, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; contribuições para custeio de Regime Próprio de Previdência Social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas; e contribuições de intervenção no domínio econômico.
- E) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; e Imposto sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.

### Questão 32

De acordo com a Lei Municipal nº 1.398/2020, que institui o código tributário do município de Venda Nova do Imigrante e dá outras providências, sobre contribuições de melhoria, analise as afirmativas a seguir.

- I. No cálculo será considerado o custo total da obra, no qual serão incluídas as despesas com estudos, projetos, desapropriações, serviços preparatórios, investimentos necessários para que os benefícios sejam alcançados pelos imóveis situados na zona de influência, execução, administração, fiscalização e financiamento, inclusive os encargos respectivos.
- II. Para a cobrança, a Administração deverá publicar, antes do lançamento do tributo, edital contendo, no mínimo, os seguintes elementos: I. memorial descritivo do projeto; II. orçamento total ou parcial do custo da obra; III. determinação da parcela do custo da obra a ser financiada, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados; e IV. delimitação da zona diretamente beneficiada e a relação dos imóveis nela compreendidos.
- III. Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm prazo de dez dias a começar da data da publicação de edital com os elementos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.
- IV. Os requerimentos de impugnação, de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, suspendem o início ou o prosseguimento da obra, e terão efeito de obstar a Administração da prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) III e IV, apenas.



## DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

### Questão 33

O município Alfa, mediante autorização por lei específica, realizou cessão onerosa definitiva de direitos originados de créditos tributários inscritos em dívida ativa a fundo de investimento regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A operação gerou ingresso financeiro classificado como receita de capital decorrente da venda de ativos. Na elaboração da Lei Orçamentária Anual, o prefeito solicitou orientação técnica acerca da destinação juridicamente adequada desses recursos. Considerando a disciplina da Lei nº 4.320/1964, a orientação correta quanto à destinação dessa receita consiste em classificá-la como vinculada a(à):

- A) Despesas correntes relacionadas à manutenção da máquina administrativa.
- B) Programas de transferência de renda e custeio de serviços públicos essenciais.
- C) Constituição de reservas orçamentárias de livre utilização pelo Poder Executivo.
- D) Amortização da dívida pública fundada, independentemente de vinculação específica.
- E) Despesas associadas ao regime de previdência social e a despesas com investimentos, nos percentuais legalmente estabelecidos.**

### Questão 34

No município Beta, considere que o prefeito encaminhou ao Poder Legislativo projeto de lei solicitando autorização para abertura de créditos adicionais destinados exclusivamente ao reforço de dotações já existentes na Lei Orçamentária Anual. Na instrução do processo legislativo, a Procuradoria Municipal foi instada a analisar a suficiência jurídica dos recursos indicados pelo Poder Executivo para viabilizar a abertura pretendida, conforme a disciplina da legislação financeira aplicável. Consta dos autos que foram apontados, desde que não comprometidos, os seguintes recursos; analise-os.

- I. Recursos provenientes de excesso de arrecadação, isto é, de saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se a tendência do exercício, deduzidos os créditos extraordinários abertos no exercício.
- II. Produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.
- III. Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, entendido como a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e das operações de crédito a eles vinculadas.
- IV. Recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, consideram-se recursos disponíveis para a abertura de créditos suplementares o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.**
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

### Questão 35

No município Gama, ao final do primeiro quadrimestre, a secretaria municipal de fazenda verificou que a dívida consolidada excedeu o limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante disso, o prefeito solicitou à Procuradoria Municipal uma manifestação técnica sobre as providências exigidas para a recondução da dívida ao limite. Considerando o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, qual é o percentual mínimo de redução do excedente da dívida consolidada que o município deve implementar no primeiro quadrimestre subsequente?

- A) 10%.
- B) 15%.
- C) 25%.**
- D) 33%.
- E) 50%.

## DIREITO CIVIL

### Questão 36

Um economista de nacionalidade brasileira celebrou um contrato internacional de consultoria e assessoria estratégica com uma empresa multinacional sediada na França, tendo como objeto a elaboração de estudos e acompanhamento de viabilidade econômica para expansão de mercado. O contrato continha cláusula expressa de eleição de foro em favor dos tribunais franceses, imperando legislação francesa, bem como indicação da aplicação da legislação daquele país. Durante a execução contratual, a maior parte das obrigações foi cumprida na Bélgica, onde o economista permaneceu temporariamente para desenvolver análises técnicas e participar de reuniões presenciais. Após o encerramento do contrato, surgiu controvérsia quanto ao pagamento de valores devidos. A empresa sustenta a aplicação da lei indicada no contrato, mediante acordo entre as partes, enquanto o economista defende a incidência do direito brasileiro, alegando sua nacionalidade. Conforme a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a afirmativa correta.

- A) Aplica-se a legislação do local onde o contrato foi firmado, pois a *lex loci contractus* é critério exclusivo e inderrogável, segundo a LINDB.
- B) Deve ser aplicada a legislação brasileira, pois a nacionalidade do contratante brasileiro impõe a incidência do direito nacional em contratos internacionais.
- C) A legislação aplicável será a do país em que se verificou o maior impacto econômico do contrato, independentemente da vontade expressa das partes.
- D) A lei aplicável será a do país escolhido pelas partes no contrato, em respeito à autonomia da vontade, desde que não haja incompatibilidade com a ordem pública brasileira.**
- E) Deve incidir a legislação do país onde as obrigações contratuais foram predominantemente executadas, em observância ao critério da *lex loci solutionis*, ainda que exista cláusula contratual em sentido diverso.

### Questão 37

A empresa Alfa Engenharia Industrial Ltda., em 4 de agosto de 2022, encaminhou, por serviço postal, à sociedade empresária Beta Soluções Mecânicas S.A., um conjunto técnico contendo especificações detalhadas de um novo equipamento automatizado, acompanhado de proposta formal para fornecimento do referido produto, com indicação de preço, prazo e condições essenciais. A correspondência foi recebida na sede da Beta, em 7 de agosto do mesmo ano. Após análise interna, os administradores da destinatária deliberaram pela aceitação integral da proposta ainda naquela data. No dia seguinte, 8 de agosto, foi remetida, também por via postal, a comunicação de aceitação, devidamente assinada e acompanhada da documentação exigida. A resposta chegou fisicamente à sede da Alfa em 11 de agosto. Contudo, em razão de paralisação temporária das atividades administrativas, somente em 16 de agosto os representantes da proponente tiveram ciência efetiva da aceitação. Ocorre que, em 10 de agosto de 2022, entrou em vigor nova lei que passou a exigir forma especial para a validade de contratos dessa natureza, sob pena de nulidade, formalidade que não foi observada pelas partes. Diante desse contexto e, ainda, segundo legislação civilista, é correto afirmar que o contrato:

- A) Não se formou validamente, pois se reputa celebrado em 11 de agosto, data do recebimento da aceitação pela proponente, quando já vigente a nova exigência legal.
- B) Formou-se validamente, pois se reputa celebrado em 4 de agosto, data do envio da proposta, momento em que se consolidaram os elementos essenciais do negócio jurídico.**
- C) Não se formou validamente, pois se reputa celebrado em 16 de agosto, data em que a proponente tomou ciência da aceitação, momento em que a lei nova já estava em vigor.
- D) Formou-se validamente, pois se considera celebrado em 8 de agosto, data da expedição da aceitação, configurando ato jurídico perfeito antes da entrada em vigor da lei nova.
- E) Formou-se validamente, pois se considera celebrado em 7 de agosto, data da chegada da proposta ao destinatário, configurando ato jurídico perfeito antes da vigência da lei nova.

## DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

### Questão 38

A Lei Federal nº 9.985/2000 estruturou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, disciplinando não apenas as categorias de áreas especialmente protegidas, mas também os instrumentos destinados à sua efetiva proteção, como as zonas de amortecimento e os corredores ecológicos. Tais instrumentos visam reduzir impactos externos e garantir a integridade ecológica das unidades, levando em consideração, dentre outros fatores, o regime jurídico da área protegida, inclusive quanto à titularidade do domínio. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- A) As unidades de conservação, excetuadas a Reserva Biológica e o Parque Nacional, ambas de domínio público, devem possuir zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.
- B) As unidades de conservação, excetuadas a Área de Proteção Ambiental e o Refúgio de Vida Silvestre, ambas de domínio público, devem possuir zona de amortecimento e, quando tecnicamente recomendável, corredores ecológicos.
- C) As unidades de conservação, excetuadas o Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre, que podem ser constituídos em domínio público ou privado, devem possuir zona de amortecimento e, quando cabível, corredores ecológicos.
- D) As unidades de conservação, excetuadas a Reserva Particular do Patrimônio Natural, de domínio privado, e o Monumento Natural, de domínio público, devem possuir zona de amortecimento e, quando necessário, corredores ecológicos.
- E) As unidades de conservação, excetuadas a Área de Proteção Ambiental, que pode abranger áreas de domínio público e privado, e a Reserva Particular do Patrimônio Natural, de domínio privado, devem possuir zona de amortecimento e, quando couber, corredores ecológicos.**

### Questão 39

A sociedade empresária Verde Horizonte Empreendimentos S.A., no ano de 2023, iniciou o planejamento de uma obra de infraestrutura classificada pela legislação ambiental como potencialmente causadora de significativa alteração no meio ambiente. Em razão dessa classificação, o processo de licenciamento ambiental passou a exigir a elaboração prévia de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). No curso da elaboração dos estudos ambientais, foi prevista e detalhada a construção de um conjunto de medidas voltadas à observação contínua dos efeitos ambientais decorrentes da atividade, abrangendo tanto impactos adversos quanto benefícios ambientais eventualmente gerados pelo empreendimento. À luz da legislação ambiental brasileira aplicável, esse conjunto de medidas corresponde a:

- A) Componente obrigatório tanto do EIA quanto do RIMA.**
- B) Elemento integrante apenas do EIA, não sendo exigida sua inclusão no RIMA.
- C) Instrumento autônomo, desvinculado do EIA, exigido apenas na fase posterior ao licenciamento.
- D) Mecanismo de fiscalização de competência do ente federal, elaborado após a concessão da licença ambiental.
- E) Atribuição exclusiva do órgão ambiental licenciador, a ser definida somente após a análise e aprovação do RIMA.

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

### Questão 40

As reformas constitucionais da previdência do setor público no Brasil buscaram, ao longo das últimas décadas, equiparar o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ao Regime Geral (RGPS/INSS), evidenciando a sustentabilidade fiscal. As principais mudanças incluíram a introdução da contribuição de inativos (EC 20/1998 e 41/2003), a criação da previdência complementar (EC 103/2019) e o aumento da idade mínima e tempo de contribuição, eliminando a aposentadoria por tempo de serviço. Ressalta-se que a Emenda Constitucional nº 41/2003 reformou a previdência dos servidores públicos, estabelecendo o fim da paridade e integralidade para novos entrantes. Instituiu contribuição previdenciária para inativos e pensionistas, fixou idades mínimas para aposentadoria e criou o abono de permanência. Trata-se de um marco na limitação de remunerações, subsídios e proventos de servidores públicos. NÃO condiz com a alteração feita pela EC 41/2003:

- A) Passou a incidir contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria e pensões dos servidores públicos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).
- B) Servidores que ingressaram após 31/12/2003 perderam o direito à aposentadoria com o último salário (integralidade) e reajustes iguais aos da ativa (paridade).
- C) Para aposentadorias antecipadas (regra do art. 2º), foram estabelecidos redutores no benefício de 3,5% a 5% por ano de antecipação em relação à idade mínima.
- D) Garantiu regras mais severas para quem ingressou até 31/12/2003, exigindo idade mínima (60/65 anos para mulheres/homens), tempo de contribuição e tempo de serviço público.**
- E) Fixou o teto do Regime Geral de Previdência Social (INSS) como limite máximo para os proventos de aposentadorias e pensões dos regimes próprios, salvo se houver previdência complementar.



### **Questão 41**

A previdência social no Brasil é um dos temas relevantes que fazem parte do cotidiano de todo brasileiro, sendo fonte de dúvidas e gerando inúmeras reportagens para deixar a sociedade sempre informada sobre as modificações que ocorrem, pelo fato de o tema causar grande impacto nas contas públicas, na economia e na justiça social. A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para a seguridade social, ampliando os direitos nas áreas de saúde pública, assistência social e previdência. A Emenda Constitucional nº 103 foi promulgada, fixando idade mínima para aposentadoria (65 anos para homens e 62 para mulheres), estabelecendo tempos mínimos de contribuição e alterando as regras de cálculo dos benefícios para controlar o crescimento dos gastos. Nesse contexto, é correto afirmar que com a Emenda Constitucional nº 103:

- A) Garantiu-se a redução da idade mínima de aposentadoria para trabalhadores rurais e professores, como estratégia para fomentar o consumo e aquecer a economia nacional.
- B) Estabeleceu-se a convergência de regras entre o Regime Geral (RGPS) e o Regime Próprio (RPPS) da União, buscando reduzir disparidades e equilibrar o déficit atuarial das contas públicas.**
- C) Instituiu-se uma regra de cálculo baseada na média de apenas 80% das maiores contribuições, permitindo que o segurado descarte os menores salários para elevar o valor do benefício final.
- D) Manteve-se a aposentadoria por tempo de contribuição sem a exigência de idade mínima, desde que o trabalhador comprove 35 anos de pagamentos (homens) ou 30 anos (mulheres).
- E) Extinguiu-se o conceito de seguridade social previsto na Constituição de 1988, unificando a saúde, a assistência e a previdência em um único sistema de capitalização individual obrigatória.

## **DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO**

### **Questão 42**

Jorge, ex-servidor público do município, contratado sob o regime estatutário, ajuizou reclamação trabalhista perante a Justiça do Trabalho pleiteando o pagamento de horas extras, adicional noturno e indenização por danos morais, alegando desvio de função e assédio moral praticados por seus superiores hierárquicos. O município, em sua defesa, arguiu a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para processar e julgar a demanda, sustentando que a relação jurídica entre as partes é de natureza estatutária e, portanto, de competência da Justiça Comum. Diante dessa situação hipotética e, ainda, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a afirmativa correta.

- A) A competência da Justiça do Trabalho somente se afirmaria caso o pedido estivesse restrito a verbas de natureza indenizatória, excluídas aquelas de caráter funcional ou estatutário.
- B) A competência para julgar a demanda será da Justiça do Trabalho apenas se houver prova de que o servidor foi contratado sob o regime celetista, ainda que de forma irregular, o que não é o caso.
- C) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar a reclamação trabalhista, pois a matéria envolve direitos trabalhistas e a relação de trabalho, independentemente do regime jurídico do servidor.
- D) A Justiça do Trabalho é incompetente para processar e julgar a reclamação trabalhista, uma vez que a relação jurídica entre o servidor e o município é de natureza estatutária, sendo a competência da Justiça Comum Estadual.**
- E) A competência da Justiça do Trabalho se restringe às relações de emprego regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não abrangendo as relações estatutárias, mesmo que haja alegação de desvio de função ou assédio moral.

### **Questão 43**

Em uma execução trabalhista movida contra o município, a Fazenda Pública Municipal foi citada para pagar o débito exequendo. No entanto, o município deixou de apresentar embargos à execução no prazo legal. Diante dessa situação hipotética e, ainda, considerando as prerrogativas da Fazenda Pública na Justiça do Trabalho, assinale a afirmativa correta.

- A) A ausência de embargos autoriza a conversão automática da execução em cumprimento provisório, com bloqueio imediato de valores via SISBAJUD.
- B) A ausência de embargos à execução pela Fazenda Pública Municipal implica a renúncia ao direito de discutir o débito, tornando-o incontroverso e passível de pagamento imediato.
- C) A Fazenda Pública Municipal perdeu o prazo para apresentar embargos à execução, e o processo seguirá normalmente para a fase de expropriação de bens, como ocorre com as empresas privadas.
- D) A execução contra a Fazenda Pública Municipal deve seguir o rito de precatórios, independentemente da apresentação de embargos à execução, não sendo possível a expropriação direta de bens.**
- E) A Fazenda Pública Municipal possui prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, inclusive para a apresentação de embargos à execução, de modo que o prazo ainda não se esgotou.

#### Questão 44

Em uma reclamação trabalhista ajuizada perante a Vara do Trabalho, o reclamante, ex-empregado de uma empresa de construção civil, pleiteia o pagamento de horas extras e adicional de insalubridade. Na audiência de instrução, o reclamante apresenta como prova um laudo pericial particular que atesta as condições insalubres do ambiente de trabalho. A reclamada, por sua vez, impugna o laudo e requer a produção de prova pericial oficial. O juiz do trabalho, considerando a complexidade da matéria e a necessidade de elucidação técnica, defere a produção da prova pericial oficial. Diante dessa situação hipotética e, ainda, considerando as normas do Processo Judiciário do Trabalho, assinale a afirmativa correta.

- A) A produção de prova pericial oficial somente seria possível se ambas as partes concordassem expressamente com a sua realização.
- B) A produção de prova pericial oficial é uma faculdade do juiz, que pode ou não deferi-la, mesmo diante de laudo particular, visando à busca da verdade real e à formação de seu convencimento.**
- C) O juiz do trabalho está adstrito ao laudo pericial particular apresentado pelo reclamante, não podendo determinar a produção de prova pericial oficial, salvo se houver expressa previsão legal em sentido contrário.
- D) O laudo pericial particular apresentado pelo reclamante é suficiente para comprovar as condições insalubres, e o juiz não poderia ter deferido a produção de nova prova pericial, sob pena de cerceamento de defesa do reclamante.
- E) A reclamada, ao impugnar o laudo particular e requerer nova perícia, assume o ônus de provar a inexistência de insalubridade, não podendo o juiz determinar a produção de prova pericial oficial sem a concordância do reclamante.

#### Questão 45

Após a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista, determinado município, ao contratar um novo servidor público celetista para a área da saúde, incluiu no contrato de trabalho uma cláusula de livre estipulação entre as partes, prevendo a prevalência do negociado sobre o legislado em relação a alguns temas específicos, como jornada de trabalho e banco de horas. Diante dessa situação hipotética e, ainda, considerando as inovações trazidas pela Reforma Trabalhista e a jurisprudência aplicável, assinale a afirmativa correta.

- A) A validade da cláusula depende exclusivamente de autorização legislativa específica do ente federado, independentemente da condição pessoal do empregado.
- B) A cláusula contratual é nula, pois a prevalência do negociado sobre o legislado se aplica apenas às convenções e acordos coletivos de trabalho, não sendo permitida a estipulação individual de condições de trabalho que contrariem a lei.**
- C) A cláusula contratual é válida, pois a Reforma Trabalhista estabeleceu a prevalência do negociado sobre o legislado, permitindo que as partes estipulem livremente as condições de trabalho, desde que não contrariem a Constituição Federal.
- D) A prevalência do negociado sobre o legislado não se aplica aos servidores públicos celetistas, pois a Administração Pública está sujeita a regime jurídico específico, que impede a livre estipulação de condições de trabalho em contratos individuais.
- E) A cláusula contratual é válida, desde que o servidor seja portador de diploma de nível superior e perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, configurando o empregado hipersuficiente.

### LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

#### Questão 46

Considere, hipoteticamente, que o prefeito de Venda Nova do Imigrante encaminha à Câmara Municipal um Projeto de Lei Complementar que institui o novo Código de Posturas do município. Devido à relevância da matéria, o Chefe do Executivo solicita o regime de urgência. Durante o trâmite, o projeto é analisado por todas as Comissões Permanentes competentes, que exararam pareceres contrários ao mérito da proposição por entenderem que as normas propostas ferem a liberdade econômica local. Com base na Lei Orgânica Municipal, assinale a afirmativa correta.

- A) Sendo o Código de Posturas uma lei complementar, a sua aprovação final em Plenário exige o quórum qualificado de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- B) Se o projeto for aprovado e enviado para sanção, o silêncio do prefeito por um período de dez dias úteis importará em veto tácito, obrigando o retorno da matéria para nova discussão na Câmara.
- C) A iniciativa popular para emendar o referido projeto de lei é admitida desde que subscreta por, no mínimo, 1% do eleitorado municipal, devendo a Câmara deliberar sobre a emenda em turno único.
- D) O projeto de lei em questão será considerado rejeitado de plano, independentemente de deliberação no Plenário, em razão do parecer contrário de todas as Comissões Permanentes quanto ao mérito.**
- E) A solicitação de urgência vincula o Poder Legislativo a votar a matéria em até quarenta e cinco dias, sob pena de, não o fazendo, o projeto ser incluído na Ordem do Dia com o sobrestamento das demais deliberações legislativas.



### **Questão 47**

O município de Venda Nova do Imigrante, visando promover o reordenamento de uma área degradada e a implantação de um programa de Habitação de Interesse Social (HIS), analisa a aplicação de diversos instrumentos previstos em seu Plano Diretor Municipal – Lei nº 1.382/2020. Sobre a viabilidade jurídica e administrativa da utilização desses instrumentos, à luz da referida legislação, assinale a afirmativa correta.

- A) No âmbito do Direito Real de Laje, o titular da laje possui plena autonomia para realizar obras que alterem a linha arquitetônica ou o arranjo estético do edifício, desde que arque com as despesas de conservação das partes estruturais, como alicerces e colunas, na proporção estipulada em contrato.
- B) O proprietário de um imóvel urbano poderá ser autorizado pelo Poder Executivo municipal a exercer em outro local o potencial construtivo previsto na lei, sendo que tal transferência do direito de construir dispensa a lavratura de escritura pública, bastando a averbação direta na matrícula do imóvel receptor.
- C) Caso o município decida utilizar o Consórcio Imobiliário para urbanização de uma gleba, o proprietário deverá transferir seu imóvel ao ente público por meio de escritura pública e, após a realização das obras, a compensação financeira dar-se-á exclusivamente mediante o pagamento em títulos da dívida pública municipal.
- D) Na hipótese de o município pretender adquirir um imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares para a implantação de equipamentos comunitários, o Direito de Preempção conferirá preferência ao ente público, sendo este um instrumento de aplicação universal e imediata em todo o território municipal, independentemente de delimitação por lei específica.
- E) No regime de Outorga Onerosa do Direito de Construir, a concessão emitida pelo município para edificar acima do potencial construtivo estabelecido para a zona depende, dentre outros aspectos, de contrapartida financeira do setor privado e de prévia análise e parecer do Conselho do Plano Diretor Municipal, sendo a isenção de pagamento restrita aos casos de Habitação de Interesse Social (HIS).**

### **Questão 48**

No que tange às disposições da Lei Complementar nº 1.658/2024 – Estatuto dos Servidores, sobre o provimento de cargos públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. No provimento originário, o candidato aprovado em concurso público deve comprovar o atendimento aos requisitos para investidura obrigatoriamente no ato da inscrição, sob pena de preclusão e nulidade da nomeação.
- II. A reversão de servidor aposentado por invalidez, cujos motivos foram declarados insubsistentes por inspeção médica, deve ocorrer obrigatoriamente no mesmo cargo anteriormente ocupado, sendo vedado o aproveitamento em outro cargo, caso o original tenha sido extinto, hipótese em que o servidor deverá ser mantido em disponibilidade remunerada até a recriação do cargo.
- III. A readaptação é forma de provimento derivado aplicável ao servidor titular de cargo efetivo que tenha sofrido limitação em sua capacidade física ou mental, exigindo-se a manutenção da remuneração do cargo de origem; porém, tal instituto é expressamente vedado ao servidor que se encontre em período de estágio probatório.
- IV. No caso de reintegração de servidor estável, verificada a extinção do cargo anteriormente ocupado, o servidor será enquadrado em outro de atribuições análogas e de igual vencimento ou posto em disponibilidade, observadas as normas de enquadramento da lei.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.**
- E) I, II e III, apenas.

### Questão 49

André, Procurador Municipal de Venda Nova do Imigrante, recebe para análise e despacho três processos distintos envolvendo a regularização e cobrança de créditos tributários e fiscais do município. O primeiro refere-se a um contribuinte que possui um débito de 450 UFVNI (Unidade Fiscal do Município de Venda Nova do Imigrante) e solicita o parcelamento; o segundo trata de um crédito tributário já ajuizado em fase de execução fiscal, cujas custas processuais ainda não foram pagas; e o terceiro envolve um contribuinte que inadimpliu um parcelamento anterior e deseja realizar um novo acordo (reparcelamento). Com base nas disposições da Lei nº 1.398/2020 – Código Tributário Municipal, assinale a conduta correta a ser adotada pelo Procurador André.

- A) Em relação ao débito de 450 UFVNI, a Procuradoria deve obrigatoriamente promover a execução judicial imediata, uma vez que a legislação municipal veda a dispensa de ajuizamento para valores superiores a 100 UFVNI.
- B) No caso do crédito tributário já ajuizado, deve ser deferido o parcelamento de imediato, sendo que o pagamento das custas processuais poderá ser diluído ao longo das parcelas mensais fixadas no termo de confissão de dívida.
- C) Caso o contribuinte do primeiro processo opte pelo parcelamento em sessenta vezes, André poderá deferir o pedido desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 13 UFVNI, independentemente do valor total do débito.
- D)** A Procuradoria detém competência para despachar os pedidos de parcelamento quando o crédito já estiver ajuizado, devendo observar que o reparcelamento exige a quitação prévia de 25% dos débitos inscritos em dívida ativa e a aplicação de multa de 20% sobre o valor remanescente.
- E) No processo relativo ao reparcelamento, este poderá ser autorizado mediante a simples assinatura de novo termo de reconhecimento de dívida, sendo vedada pela legislação municipal a aplicação de multas adicionais sobre o valor de origem remanescente para não configurar *bis in idem*.

### Questão 50

No ano de 2030, o prefeito de Venda Nova do Imigrante, diante de uma crise habitacional, envia à Câmara Municipal um Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a doação de um terreno público dominical para uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos, visando à construção de moradias populares. O projeto prevê cláusula de reversão e encargos específicos. Durante a tramitação, um grupo de vereadores propõe uma emenda que aumenta a despesa prevista para a infraestrutura do entorno do terreno. Considerando que à época dos fatos o regime jurídico estabelecido pela Lei Orgânica do Município é o mesmo atualmente vigente, analise a situação hipotética e assinale a afirmativa correta.

- A) Se o prefeito permanecer em silêncio por dez dias úteis após receber o projeto aprovado, tal omissão será interpretada como veto tácito, obrigando a Câmara a arquivar a proposição.
- B) A doação do imóvel municipal, por se tratar de entidade sem fins lucrativos, dispensa a aprovação da Câmara Municipal, exigindo-se apenas decreto do Executivo com cláusula de reversão.
- C) A emenda parlamentar que aumenta a despesa no projeto de iniciativa exclusiva do prefeito é plenamente válida, desde que o impacto financeiro seja inferior a 2% da Receita Corrente Líquida do exercício anterior.
- D) Caso o prefeito considere o projeto inconstitucional por vício de iniciativa na emenda parlamentar, deverá vetá-lo integralmente, pois a Lei Orgânica veda expressamente o veto parcial de parágrafos ou incisos isolados.
- E)** A referida doação, se comprovado o interesse público, poderá ser feita a título gratuito por se tratar de Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos, mas a validade do ato depende obrigatoriamente de Lei Complementar e aprovação legislativa com cláusula de reversão.

### ATENÇÃO



**NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.**  
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



## PROVA DISCURSIVA

### ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de um parecer jurídico que será avaliado em trinta pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva deverá: a) ter extensão mínima de quarenta linhas e máxima de oitenta linhas; e b) atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Peça Processual/Parecer Jurídico serão considerados os seguintes elementos:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
<b>(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS</b>	<b>25 pontos</b>
<b>ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO</b>	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado	
<b>(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS</b>	<b>5 pontos</b>
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
<b>OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:</b>	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,2 ponto, até o limite de 5 pontos. 2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Samuel, prefeito do município Gama, em 2025, determinou a contratação direta do escritório “Almeida & Torres Sociedade de Advogados”, reconhecido por sua alta especialização em direito público, para representar o município em Tomada de Contas Especial instaurada pelo Tribunal de Contas Estadual, relativa a convênios firmados na gestão anterior.

O contrato foi celebrado pelo valor de R\$ 50.000,00, parcelado em dez vezes, com fundamento na inexigibilidade de licitação, sob o argumento de tratar-se de serviço técnico especializado de natureza singular. Houve parecer favorável da Secretaria de Administração quanto à compatibilidade dos honorários com os valores de mercado. O município possui Procuradoria-Geral institucionalizada, composta por dois procuradores efetivos.

Paralelamente, o prefeito autorizou a contratação direta da empresa “Impacto Comunicação Ltda.” para prestação de serviços de publicidade institucional, no valor de R\$ 180.000,00, igualmente sem licitação, sob a justificativa de campanha urgente para manutenção da cidade limpa. O contrato previa a produção e veiculação de vídeos em mídia tradicional e em redes sociais, sendo alegada notória especialização da empresa.

Parte dos valores foi paga e os serviços foram parcialmente executados.

Após representação de vereadores, o Ministério Público instaurou procedimento investigatório, imputando ao prefeito a prática de ato de improbidade administrativa e propondo acordo consistente na declaração de nulidade dos contratos e restituição integral ao erário.

**Diante disso, o prefeito encaminhou os autos à Procuradoria do município para emissão de parecer jurídico. Na condição de Procurador, à luz da Constituição Federal de 1988, da legislação de referência e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, elabore parecer jurídico fundamentado, examinando os seguintes pontos:**

- A) Compatibilidade da realização de acordo com a Lei de Improbidade;
- B) Configuração do ato de improbidade na contratação direta de serviços de advocacia e publicidade sem licitação;
- C) Possibilidade de contratação de serviços de advocacia sem licitação; e
- D) Possibilidade de contratação de serviços de publicidade sem licitação.



**Observações adicionais:**

1. Ao elaborar o parecer, inclua cabeçalho com seus elementos identificadores essenciais (Procuradoria, número do parecer, consulente e assunto);
2. Dispense ementa e relatório;
3. Não insira fatos novos;
4. Inclua tópico final com as conclusões do parecer; e
5. Não inclua elementos de identificação pessoal.



**PROVA DISCURSIVA**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO



61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	

RASCUNHO

